

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001764-33.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Ricardo Henrique Brito de Souza**
 Requerido: **Carlos Roberto Tomase Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Ricardo Henrique Brito de Souza move ação declaratória de inexistência de débito c.c. com indenização por danos morais em face de Carlos Roberto Tomase ME e Juliana Zelita Favoretti ME.

Disse o autor que celebrou contrato de publicidade com Juliana Zelita Favoretti ME, que terminou discutido em ação de cobrança perante a 5ª Vara Cível local; ocorre que antes da ação, o autor teve o seu nome negativado por Carlos Roberto Tomase ME, com quem nunca teve relação, mas segundo o requerente possui o mesmo endereço da co-requerida.

Como o protesto persiste, diz ser caso, inclusive, de danos morais.

Antecipação de tutela concedida às fls. 59/60.

Em contestação as partes, preliminarmente, sustentaram a desnecessidade da ação.

No mérito pugnaram pela improcedência.

Réplica às fls. 109/111.

É o relatório.

Decido.

De início, julgo extinto o feito sem apreciação do mérito em relação à requerida Juliana Zelita Favoretti – ME; em nenhum momento o seu nome figura no título protestado (fl. 22), sendo o que basta. Pela causalidade, o autor custeará os honorários do patrono da requerida no patamar de R\$1.000,00 (art. 20, §4º, do CPC).

Quanto à desnecessidade do feito, nada mais descabido, a não ser que o próprio requerido, extrajudicialmente, pagasse danos morais ao autor, visto ser esse um de seus requerimentos...

Resta analisar a responsabilidade de Carlos Roberto Tomase ME.

Como se percebe pela sentença proferida pela 5ª Vara Cível local, o ora autor foi ali condenado a pagar certo valor a Juliana Zelita Favoretti ME (fls. 38/40).

O valor discutido, segundo o próprio autor, teria dado azo ao protesto de fl. 22.

Pela leitura da contestação, em especial as fls. 101/102, é impossível entender o que ocorreu, estando o texto ininteligível.

Assim, pelo documento de fl. 22 se verifica que foi protestada uma DMI, sacada por Carlos Roberto Tomase ME, posteriormente endossada.

Tratando-se de duplicata, título de crédito emitido pelo próprio credor com lastro, necessariamente, em compra e venda mercantil ou prestação de serviços, por óbvio que o sacador teria de exibir um contrato lastreando o débito, ou ao menos demonstra-lo. O que ocorreu, porém, foi a negativa de qualquer relação do sacador com o autor (fl. 101), sendo que com algum esforço



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se consegue compreender que a titular do crédito era Juliana Zelita Favoretti – ME; assim, nunca poderia figurar o requerido Carlos Roberto Tomase ME como sacador, sendo patente a ilegalidade.

Sendo indevido o protesto, por falta de lastro à duplicata, os danos morais são *in re ipsa*.

Tenho que para casos semelhantes R\$5.000,00 são suficientes a coibir condutas outras, estando o valor, ainda, apto a um bom ressarcimento ao autor.

Assim, como já referido:

1) julgo extinto o feito, sem apreciação do mérito em relação a Juliana Zelita Favoretti ME;

2) no tocante ao requerido remanescente, fica ele condenado a ressarcir o autor no montante de R\$5.000,00, quantia que deve ser corrigida monetariamente e com juros de mora desde a data de publicação desta sentença (ambos), e isso pelo fato de o tempo já ter sido considerado para a eleição do *quantum e*

3) fica declarado inexigível o débito estampado no documento de fl. 22 (DMI 004/04, emissão 14/07/2011, vencimento em 30/08/2011, valor R\$900,00, Sacador: Carlos Roberto Tomase ME.

O autor custeará os honorários do patrono da requerida excluída do feito (já fixados em R\$1.000,00).

O requerido condenado pagará as custas, despesas processuais e honorários advocatícios de R\$1.000,00 (art. 20, §4º, do CPC), ao patrono do autor.

PRIC

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

JUIZ DE DIREITO

(documento assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**